CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO PANIFICACAO E CONFEITARIA **2026/2028**
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR057272/2026
DATA DO PROTOCOLO: 02/09/2026 DATA DE REGISTRO NO MTE: 07/10/2026

SINDICATO DA INDUSTRIA DE PANIFICACAO E CONFEITARIA NO ESTADO DO PARANÁ – SIPCEP, CNPJ n. 76.695.576/0001-82, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). VILSON FELIPE BORGMANN; E **FEDERACAO DOS TRABALHADORES** NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO DO ESTADO DO PARANA – FTIAPR, CNPJ n. 76.700.673/0001-16, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ERNANE GARCIA FERREIRA; SINDICATO TRABALHADORES IND ALIMENTACAO DE **APUCARANA**, CNPJ n. 80.920.325/0001-21, neste ato representado(a) por seu Tesoureiro, Sr(a). ERNANE GARCIA FERREIRA; SIND DOS TRAB NAS IND DA ALIM DE **ARAPONGAS E ROLANDIA**, CNPJ n. 80.917.727/0001-77, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). ERNANE GARCIA FERREIRA; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO DE **CASCAVEL** E REGIAO, CNPJ n. 78.681.517/0001-80, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). ERNANE GARCIA FERREIRA; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO DE **CIANORTE**, CNPJ n. 80.888.076/0001-34, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). ERNANE GARCIA FERREIRA; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO DE **DOIS VIZINHOS** E REGIAO, CNPJ n. 78.103.744/0001-29, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). ERNANE GARCIA FERREIRA; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO DE **FRANCISCO BELTRAO**, CNPJ n. 78.687.407/0001-26, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). ERNANE GARCIA FERREIRA; SINDICATO TRAB IND FAB ACUCAR E ALIM **JACAREZINHO** REGIAO, CNPJ n. 97.478.176/0001-95, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). ERNANE GARCIA FERREIRA; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO E AFINS DE **JAGUAPITÃ**, CNPJ n. 03.826.531/0001-26, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). ERNANE GARCIA FERREIRA; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO DE **PARANAGUÁ** E LITORAL, CNPJ n. 78.179.082/0001-70, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). ERNANE GARCIA FERREIRA; SIND DOS EMPREGADOS NA IND DE ALIMENTACAO DE **UMUARAMA**, CNPJ n. 80.907.769/0001-27, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). ERNANE GARCIA FERREIRA; celebram a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE
As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de **01º de maio de 2026 a 30 de abril de 2028** e a *data-base da categoria em 01º de maio.*

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA
A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Econômica da Indústria da panificação e confeitaria e Profissional dos Trabalhadores** , com abrangência territorial em *Altamira do Paraná/PR, Alto Paraíso/PR, Alto Piquiri/PR, Altônia/PR, Alvorada do Sul/PR, Amaporã/PR, Ampére/PR, Andirá/PR, Antonina/PR, Apucarana/PR, Arapongas/PR, Arapuã/PR, Araruna/PR, Ariranha do Ivaí/PR, Bandeirantes/PR, Barra do Jacaré/PR, Barracão/PR, Bela Vista da Caroba/PR, Bela Vista do Paraíso/PR, Bituruna/PR, Boa Esperança do Iguaçu/PR, Boa Esperança/PR, Boa Ventura de São Roque/PR, Bom Jesus do Sul/PR, Bom Sucesso do Sul/PR, Bom Sucesso/PR, Borrazópolis/PR, Brasilândia do Sul/PR, Cafeara/PR, Cafezal do Sul/PR, Califórnia/PR, Cambará/PR, Cambira/PR, Campina da Lagoa/PR, Campina do Simão/PR, Cândido de Abreu/PR, Candói/PR, Cantagalo/PR, Carlópolis/PR, Centenário do Sul/PR, Chopinzinho/PR, Cianorte/PR, Cidade Gaúcha/PR, Clevelândia/PR, Colorado/PR, Coronel Domingos Soares/PR, Coronel Vivida/PR, Corumbataí do Sul/PR, Cruz Machado/PR, Cruzeiro do Iguaçu/PR, Cruzeiro do Oeste/PR, Cruzmaltina/PR, Diamante do Norte/PR, Dois Vizinhos/PR, Douradina/PR, Enéas Marques/PR, Esperança Nova/PR, Faxinal/PR, Figueira/PR, Flor da Serra do Sul/PR, Florestópolis/PR, Flórida/PR, Foz do Jordão/PR, Francisco Alves/PR, Francisco Beltrão/PR, General*

Carneiro/PR, Godoy Moreira/PR, Goioerê/PR, Goioxim/PR, Grandes Rios/PR, Guairaçá/PR, Guapirama/PR, Guaporema/PR, Guaraci/PR, Guaraqueçaba/PR, Guaratuba/PR, Honório Serpa/PR, Icaraíma/PR, Inajá/PR, Indianópolis/PR, Iporã/PR, Iretama/PR, Itaguajé/PR, Itambaracá/PR, Itapejara d'Oeste/PR, Itaúna do Sul/PR, Ivaiporã/PR, Ivaté/PR, Jacarezinho/PR, Jaguapitã/PR, Jandaia do Sul/PR, Janiópolis/PR, Japurá/PR, Jardim Alegre/PR, Jardim Olinda/PR, Joaquim Távora/PR, Juranda/PR, Jussara/PR, Kaloré/PR, Laranjal/PR, Laranjeiras do Sul/PR, Lidianópolis/PR, Lobato/PR, Lunardelli/PR, Lupionópolis/PR, Manfrinópolis/PR, Mangueirinha/PR, Manoel Ribas/PR, Maria Helena/PR, Marilândia do Sul/PR, Marilena/PR, Mariluz/PR, Mariópolis/PR, Marmeleiro/PR, Marquinho/PR, Marumbi/PR, Matinhos/PR, Mato Rico/PR, Mauá da Serra/PR, Mirador/PR, Miraselva/PR, Moreira Sales/PR, Morretes/PR, Munhoz de Melo/PR, Nova Aliança do Ivaí/PR, Nova Cantu/PR, Nova Esperança do Sudoeste/PR, Nova Laranjeiras/PR, Nova Olímpia/PR, Nova Prata do Iguaçu/PR, Nova Tebas/PR, Novo Itacolomi/PR, Ortigueira/PR, Palmas/PR, Palmital/PR, Paraíso do Norte/PR, Paranaguá/PR, Paranapoema/PR, Pato Branco/PR, Perobal/PR, Pérola d'Oeste/PR, Pérola/PR, Piên/PR, Pinhal de São Bento/PR, Pinhalão/PR, Pinhão/PR, Pitanga/PR, Pitangueiras/PR, Planaltina do Paraná/PR, Planalto/PR, Pontal do Paraná/PR, Porecatu/PR, Porto Barreiro/PR, Porto Rico/PR, Porto Vitória/PR, Prado Ferreira/PR, Pranchita/PR, Primeiro de Maio/PR, Quarto Centenário/PR, Quatiguá/PR, Querência do Norte/PR, Rancho Alegre D'Oeste/PR, Realeza/PR, Renascença/PR, Reserva do Iguaçu/PR, Ribeirão Claro/PR, Rio Bom/PR, Rio Bonito do Iguaçu/PR, Rio Branco do Ivaí/PR, Rio Negro/PR, Rolândia/PR, Roncador/PR, Rondon/PR, Sabáudia/PR, Salgado Filho/PR, Salto do Itararé/PR, Salto do Lontra/PR, Santa Cruz de Monte Castelo/PR, Santa Fé/PR, Santa Inês/PR, Santa Isabel do Ivaí/PR, Santa Izabel do Oeste/PR, Santa Maria do Oeste/PR, Santa Mônica/PR, Santana do Itararé/PR, Santo Antônio da Platina/PR, Santo Antônio do Caiuá/PR, Santo Antônio do Sudoeste/PR, Santo Inácio/PR, São João do Ivaí/PR, São João/PR, São Jorge do Patrocínio/PR, São Jorge d'Oeste/PR, São Manoel do Paraná/PR, São Pedro do Ivaí/PR, São Pedro do Paraná/PR, São Tomé/PR, Saudade do Iguaçu/PR, Sertaneja/PR, Sertanópolis/PR, Siqueira Campos/PR, Sulina/PR, Tapejara/PR, Tapira/PR, Terra Boa/PR, Tuneiras do Oeste/PR, Turvo/PR, Ubiratã/PR, Umuarama/PR, Verê/PR, Virmond/PR, Vitorino/PR, Wenceslau Braz/PR e Xambrê/PR.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO SALÁRIO NORMATIVO

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/05/2026 a 30/04/2027

A partir de 1º de maio de 2026, ficam estabelecidos os seguintes salários normativos admissionais:

FUNÇÃO	SALÁRIO
Encarregado de Serviços de Limpeza	**R$ 2.175,80**
Balconista	**R$ 2.180,20**
Auxiliar de Produção e Auxiliar de Cozinha	**R$ 2.180,20**
Balconista-Caixa	**R$ 2.186,80**
Caixa	**R$ 2.250,60**
Padeiro, Confeiteiro, Salgadeiro e/ou Cozinheiro(a)	**R$ 2.541,00**

PARÁGRAFO ÚNICO: Nenhum funcionário abrangido pelo presente instrumento normativo poderá a partir de 1º de maio de 2026 receber valor inferior ao respectivo piso normativo de ingresso convencionado no caput desta cláusula.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE SALARIAL

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/05/2026 a 30/04/2027

Os salários vigentes em 1º de maio de 2026 serão reajustados pelo percentual de **5,11%** (cinco vírgula onze por cento).

CLÁUSULA QUINTA - DA DISPOSIÇÃO ESPECIAL

Considerando que a data-base da categoria é no mês de maio e em razão da presente convenção coletiva de trabalho 2026/2028, referente ao período 01.05.2026 a 30.04.2028, estar sendo celebrada no final do mês de

agosto/2026, eventuais diferenças salariais referentes aos meses maio, abril, junho, julho/2026, agosto/2026 e reflexos, férias, se for o caso, serão pagas na folha de pagamento do mês de setembro/2026.

CLÁUSULA SEXTA - DO ADIANTAMENTO SALARIAL
As empresas concederão aos seus empregados que assim optarem, adiantamento de salário, nas seguintes condições:

a) O adiantamento será de, no mínimo, 30% (trinta por cento), do salário nominal mensal, desde que o empregado tenha trabalhado na quinzena, o período correspondente;

b) O pagamento deverá ser efetuado até o 15º (décimo quinto) dia que anteceder o pagamento normal.

PARÁGRAFO ÚNICO: Ficam garantidas desde já, as condições mais favoráveis já existentes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO DE SALÁRIO
Quando o pagamento for efetuado por cheque, as empresas estabelecerão condições para que os empregados possam descontar o cheque no mesmo dia em que foi efetuado o pagamento, sem que seja prejudicado o seu horário de refeições, observadas as demais condições previstas na portaria número 3.281, de 07 de dezembro de 1984, do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas que adotam o sistema de pagamento semanal adotarão providências para que o mesmo ocorra até as dezoito horas devendo o referido pagamento ser em dinheiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO: É facultado às empresas efetuar o pagamento dos salários por meio de depósito bancário. Nesta situação o empregador deverá escolher uma instituição bancária que possua agência localizada no mesmo município em que o empregado desempenha suas atividades. Caso a instituição bancária escolhida não possua agência situada no município em que o empregado desempenha suas atividades, o empregador deverá escolher uma instituição bancária que possua agência localizada no município mais próximo, desde que seja fornecido meio de transporte e as mesmas condições estabelecidas para o pagamento em cheque.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fica convencionado que se as empresas optarem por pagamento dos salários via conta salário, a mesma arcará com todas as possíveis despesas cobradas pelo banco, para a abertura da conta salário, tais como cadastro, fornecimento da primeira via do cartão magnético e manutenção da conta. Caso o empregado converta a conta salário em conta corrente ou poupança, este arcará com todos os encargos decorrentes de manutenção desta nova conta.

PARÁGRAFO QUARTO: Na hipótese de o empregado não saber assinar o nome, as empresas pagarão o salário em dinheiro, com exceção das empresas que adotam cartão magnético.

PARÁGRAFO QUINTO: Os salários serão pagos no último dia anterior ao do vencimento, quando o dia do pagamento coincidir com sábados compensados, domingos ou feriados.

CLÁUSULA OITAVA - DO EMPREGADO MAIS NOVO NA EMPRESA
Não poderá o empregado mais novo na empresa perceber salário superior ao do mais antigo na mesma função, sem considerar vantagens pessoais.

CLÁUSULA NONA - COMPROVANTES DE PAGAMENTO
Serão fornecidos, obrigatoriamente, pelas empresas, comprovantes de pagamento mensal, com sua identificação e com a discriminação das verbas pagas e descontos efetuados, nominando o valor recolhido ao FGTS, exceto caso a empresa forneça eletronicamente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO TRABALHO POR TAREFA E/OU PRODUÇÃO

Os empregados que trabalham por tarefa ou produção, para efeito de cálculos de 13º salário, férias ou rescisão do contrato de trabalho, terão o cálculo para pagamento baseado na média da produção (peças, tarefas ou serviços) dos últimos 12 (doze) meses, multiplicados pelo valor atual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em qualquer hipótese, fica garantido o salário normativo de efetivação da categoria, independente da comissão ou produção.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas que usam tabelas para pagamentos de comissão ou produção deverão corrigi-las todas as vezes que corrigirem os demais salários e nas mesmas proporções.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CHEQUE SEM FUNDO OU IRREGULAR

Não poderá ser descontado do salário do empregado o valor referente a cheques irregulares ou sem provisão de fundos recebidos por estes quando na função de caixa ou assemelhados, desde que cumpridas às normas da empresa, que deverão ser estabelecidas previamente e por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA COMPENSAÇÃO

Serão compensadas as antecipações salariais concedidas no período de 1º de maio de 2025 até data assinatura da presente CCT, salvo os decorrentes de término de aprendizagem, implemento de idade, promoção por antiguidade ou merecimento, mérito, transferência de cargo, função, equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado, e aumento real expressamente concedido a esse título.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ERRO NO PAGAMENTO OU ADIANTAMENTO

Na ocorrência de erro na folha de pagamento e/ou adiantamento de salário, as empresas se obrigam a efetuar o pagamento da diferença, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da sua constatação, que será incluído na folha posterior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus ao salário do substituído (Súmula nº 159, do TST). Ainda fica esclarecido que férias parciais ou integrais não caracterizam eventualidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA QUEBRA DE CAIXA

Para os empregados que exercerem a função de Caixa e Balconista-Caixa, não haverá remuneração por quebra de caixa, visto que já integra o valor do salário normativo fixado neste instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO: A conferência de valores em caixa será realizada na presença do operador responsável. Quando o empregado for impedido pela empresa de acompanhar a conferência, ficará isento de responsabilidade por qualquer erro verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONVÊNIOS MÉDICOS, SEGURO E ASSOCIAÇÕES

Fica assegurado ao empregado o direito de optar, por escrito, pela sua inclusão em convênios médicos ou seguro de vida em grupo e associações de empregados, sempre que tiver que participar dos custos dos mesmos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas efetuarão nas folhas de pagamento o desconto de convênios médico-odontológicos e de supermercados firmados pelo Sindicato Profissional, desde que autorizados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O repasse ao Sindicato obreiro deverá ser efetuado até o 3º dia após o pagamento dos salários.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As empresas poderão descontar mensalmente, além dos descontos legais, mensalidade associativa do Sindicato, contribuições à Associação Classista, empréstimos pessoais, seguro de vida e outros benefícios, desde que autorizados, assegurado o direito de arrependimento com notificação prévia por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO PARCELAMENTO DO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

A primeira parcela do 13º (décimo terceiro salário) deverá ser efetuada até o dia 30 de novembro e a segunda até o dia 20 de dezembro, impreterivelmente.

PARÁGRAFO ÚNICO: Desde que autorizado pelo empregado, faculta-se às empresas o pagamento antecipado do 13º (décimo terceiro salário) mediante parcelamento em até 12 (doze vezes). O parcelamento de que trata essa cláusula deverá constar de forma destacada na folha de pagamento, especificando a referida parcela, e desde que a parcela vencível em dezembro atente ao limite do dia 20 daquele mês.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS HORAS EXTRAS

As horas extraordinárias serão remuneradas da seguinte forma:

I. De Segunda a Sábado, quando normal o expediente nestes dias, com acréscimo de 50% sobre o valor da hora comum, para as duas primeiras horas.

a) a remuneração será de 70% para as horas eventualmente laboradas acima da segunda hora extra diária, quando ocorrer necessidade imperiosa, desde que comunicada no prazo legal à autoridade competente.

II. Quando as empresas exigirem trabalhos aos domingos, feriados civis ou religiosos, ou sábados já compensados, inclusive o descanso semanal remunerado:

a) com folga em outro dia, pagará como extras somente as horas que excederem a jornada normal (7h20), com acréscimo de 100%;

b) sem folga em outro dia, todas as horas trabalhadas serão remuneradas com acréscimo de 100% (Súmula 146 TST);

c) a não concessão ou concessão parcial do intervalo intrajornada implica pagamento indenizatório do período suprimido, com acréscimo de 50%.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica vedada a prorrogação do horário habitual de trabalho aos empregados estudantes, desde que expressem desinteresse pela prorrogação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As horas habitualmente trabalhadas deverão ser computadas no cálculo do 13º salário, férias, aviso prévio, indenização por tempo de serviço, descanso semanal remunerado e FGTS.

PARÁGRAFO TERCEIRO: De acordo com as portarias MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, e MTP nº 3.665, de 13 de novembro de 2023, a categoria de panificação e confeitaria tem autorização permanente para trabalho aos domingos e feriados (anexo IV da Portaria nº 671), desde que as empresas tenham como atividade econômica principal o CNAE 1091-1/01 (fabricação de produtos de panificação industrial) ou 1091-1/02 (fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria) e 4721-1/02 (padaria e confeitaria com predominância de revenda), sejam regularmente cadastradas junto aos sindicatos signatários desta Convenção, para que tenham sua correta representação. Para as empresas que tenham CNAEs correspondentes, porém diversos, é necessária a solicitação de autorização de trabalho junto aos sindicatos laboral e patronal. Esta cláusula somente se aplica às empresas que cumprem integralmente esta Convenção Coletiva de Trabalho

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Aos funcionários das empresas abrangidas pelo presente instrumento coletivo, será pago, a título de adicional por tempo de serviço:

• 1,30% (um vírgula trinta por cento) sobre o salário nominal para os empregados que tenham mais de 02 (dois) anos na empresa;

• 2,60% (dois vírgula sessenta por cento) sobre o salário nominal para os empregados que tenham mais de 05 (cinco) anos na empresa;

• 3,90% (três vírgula noventa por cento) sobre o salário nominal para os empregados que tenham mais de 10 (dez) anos na empresa;

• 5,20% (cinco vírgula vinte por cento) sobre o salário nominal para os empregados que tenham mais de 15 (quinze) anos na empresa;

• 6,50% (seis vírgula cinquenta por cento) sobre o salário nominal para os empregados que tenham mais de 20 (vinte) anos na empresa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO ADICIONAL NOTURNO

As horas noturnas, trabalhadas no período compreendido entre 22 horas de um dia até 5 horas do outro dia, serão de 52 minutos e 30 segundos, pagas com acréscimo de 30% sobre o valor da hora normal, já incluído neste percentual o adicional previsto no artigo 73 da CLT.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos horários mistos, abrangidos por período diurno e noturno e nas prorrogações de jornada, aplica-se o disposto nessa cláusula, para as horas que excederem o período noturno.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/05/2026 a 30/04/2027

As empresas concederão mensalmente aos seus empregados uma ajuda alimentação nas modalidades descritas abaixo, que deverá ser utilizada dentro do mês do seu recebimento, não se cumulando para meses posteriores, fornecida através de uma das seguintes modalidades, escolhida a critério exclusivo do empregador:

a) Valor de R$ 385,00 (trezentos e oitenta e cinco reais) na modalidade de cartão benefício;

b) Valor de R$425,00 (quatrocentos e vinte e cinco reais), na modalidade de produtos produzidos pela própria empresa e/ou de revenda, excetuando bebidas alcoólicas e cigarros, podendo ser retirados os produtos a critério do empregado, durante o período aquisitivo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas que concedem lanche da manhã e ou lanche da tarde, não poderão suprimi-lo ou compensá-lo com o Auxílio-Alimentação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O referido benefício não caracterizará salário "in natura" por consistir em parcela totalmente indenizatória e, por conseguinte, não integrará de maneira alguma a remuneração do trabalhador.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O empregador está desobrigado do fornecimento do presente benefício nos casos em que os empregados encontrem-se afastados do trabalho por licença médica após o prazo de 15 (quinze) dias e por licença maternidade.

PARÁGRAFO QUARTO: Nas admissões, demissões e período de concessão de férias, o benefício será pago proporcional aos dias trabalhados.

PARÁGRAFO QUINTO: O fornecimento do benefício na forma prevista na alínea "a", deverá ocorrer até o dia 10 de cada mês.

PARÁGRAFO SEXTO: As empresas que, na data-base desta Convenção, já concedem o benefício em patamar ou formato mais favorável ao empregado do que o previsto nesta cláusula ficam impedidas de reduzir tal valor ou de piorar a forma de concessão já praticada, devendo a diferença entre o valor por elas praticado e o piso estabelecido nesta cláusula ser corrigida anualmente no mínimo pelo INPC da data-base da categoria.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO AUXÍLIO TRANSPORTE

As empresas fornecerão o vale transporte para os empregados que o utilizam, inclusive nos dias de trabalho realizados em domingos e feriados que não tiverem folga compensatória, até o último dia útil anterior aquele em que serão utilizados, efetivamente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em caso de paralisação ou falta de transporte urbano ou interurbano por motivo de força maior ou greve de seus operadores, as empresas pagarão normalmente o salário referente aos dias ou horas não trabalhadas e o respectivo descanso semanal remunerado aos empregados que faltarem ou se atrasarem ao serviço. A reposição total dos dias ou horas não trabalhadas será objeto de negociação entre a empresa e seus empregados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica autorizado aos empregadores o pagamento de vale combustível para os empregados que não utilizarem o transporte público, cujo valor corresponderá ao exato importe que o trabalhador receberia em caso de utilização do transporte público.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O benefício constitui parcela indenizatória e, por conseguinte, não integrará remuneração do trabalhador.

PARÁGRAFO QUARTO: Fica autorizado ao empregador efetuar, sobre o valor do vale-combustível de que trata o Parágrafo Segundo, o desconto de até 6% (seis por cento) do salário básico do empregado, na mesma base, forma e limite aplicáveis ao desconto do vale-transporte, nos termos do art. 4º do Decreto nº 95.247/87 e do art. 458, §2º, II, da CLT.

PARÁGRAFO QUINTO: Os benefícios de vale-transporte e de vale-combustível são mutuamente excludentes, sendo vedado ao empregado o recebimento concomitante de ambos, cabendo à empresa definir, conforme o meio de transporte efetivamente utilizado pelo empregado, qual dos benefícios será concedido.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO SEGURO DE VIDA

Em favor de cada empregado a empresa manterá e custeará com 100% (cem por cento), seguro de vida em grupo cujos benefícios contratados deverão observar as seguintes garantias:

I – MORTE NATURAL: importância segurada mínima de R$5.000,00.
II – MORTE ACIDENTAL: importância segurada mínima de R$10.000,00.
III – INVALIDEZ TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE: importância segurada mínima de R$5.000,00, proporcional conforme tabela da seguradora em caso de invalidez parcial.
IV – SERVIÇO FUNERAL COM SEPULTAMENTO OU CREMAÇÃO: conforme cláusulas da apólice.
V – INDENIZAÇÃO ÀS EMPRESAS – VERBA RESCISÓRIA: A seguradora detentora da apólice de seguro deverá pagar à empresa contratante do seguro uma indenização a título de reembolso pelas despesas efetuadas com a rescisão do contrato de trabalho, quando da ocorrência da morte por qualquer causa do funcionário segurado, estando essa indenização limitada ao valor de 10% (dez por cento) da importância segurada individual a que tem direito cada funcionário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O seguro de vida de que trata essa cláusula não possui natureza salarial, não sendo incorporado à remuneração do emprego para qualquer efeito.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em caso de rescisão do contrato de trabalho, o empregado perderá automaticamente o direito aos benefícios do Seguro de Vida de que trata essa cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Todos os trabalhadores bem como todas as empresas abrangidas por esse instrumento, associados ou não às entidades convenentes, deverão acatar e aplicar as normas contidas nesta cláusula, na forma da legislação em vigor. Em caso de descumprimento deste dispositivo, e ocorrendo a morte ou a invalidez do funcionário, as empresas arcam com o pagamento de indenização da forma e valores idênticos aos acima estipulados.

PARÁGRAFO QUARTO: Caso a empresa não contrate o seguro nos termos acima estabelecidos, ficará responsável pela indenização à família ou ao trabalhador dos respectivos valores previstos na presente cláusula. Caso não haja no seguro previsão de prêmio a título de auxílio funeral em valor superior a R$5.000,00, a empresa ficará responsável pelo referido valor a ser pago imediatamente à apresentação do atestado de óbito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - AMPARO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA

As Entidades convenentes estabelecem as opções a serem adotadas pelas empresas:

a) reembolso-creche no valor de 30% do salário normativo de efetivação;

b) auxílio-creche no mesmo valor, independentemente de comprovação;

c) local apropriado na empresa para vigilância e assistência dos filhos, ou convênio com entidades públicas ou privadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Ficam desobrigadas as empresas que já adotam sistemas semelhantes em situações mais favoráveis.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor do reembolso/auxílio-creche não integrará a remuneração para quaisquer efeitos.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O benefício cessa no mês em que o filho completa 6 meses de idade, ou no encerramento do contrato de trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO: Em parto múltiplo, o benefício é devido a cada filho individualmente; em adoção legal, a partir da comprovação legal.

PARÁGRAFO QUINTO:O benefício previsto nesta cláusula será igualmente devido ao pai, mediante comprovação do efetivo gasto com o item creche, observadas as demais condições e o prazo estabelecidos nesta cláusula.

PARÁGRAFO SEXTO: Caso o pai e a mãe sejam empregados no mesmo estabelecimento, o benefício será devido a apenas um deles.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DAS PROMOÇÕES

A promoção do empregado, a cargo de nível superior ao exercido, importará em aumento salarial e comportará um período experimental não superior a 60 dias. A promoção e o respectivo aumento salarial serão obrigatoriamente anotados na carteira profissional.

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica assegurada ao trabalhador em teste na nova função, pelo prazo máximo de 60 dias, a percepção da remuneração do cargo, podendo o empregador, em caso de não efetivação, voltar a pagar o salário do cargo anterior.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

Os contratos de experiência quando se tratar de ajudantes, serventes, auxiliar de produção ou assemelhados, não ultrapassarão de 60 (sessenta) dias. No caso de readmissão destes empregados para exercer a mesma função, não será celebrado contrato de experiência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas entregarão obrigatoriamente ao empregado cópia do referido contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O contrato de experiência ficará suspenso a partir da data do afastamento do trabalho por auxílio-doença previdenciário ou acidente do trabalho, completando-se o período previsto após a cessação do benefício previdenciário.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - EMPREGADOS NOVOS ADMITIDOS

Ao empregado admitido para função de outro empregado dispensado sem justa causa será garantido aquele salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DA HOMOLOGAÇÃO E PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS

Nos contratos de trabalho com duração superior a 12 (doze) meses, a homologação do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT) será obrigatória e realizada perante o Sindicato Profissional signatário desta Convenção. Nos contratos de duração igual ou inferior a 12 (doze) meses, a homologação prevista nesta cláusula é facultativa, podendo a rescisão ser processada diretamente pela empresa, salvo se solicitada a homologação pelo trabalhador.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para a realização da homologação prevista no caput, a empresa deverá comprovar, no ato, a regularidade do recolhimento das contribuições negociais patronal e laboral previstas nesta Convenção, mediante apresentação de guias e comprovantes de pagamento. A ausência de comprovação impede a conclusão do ato de homologação sindical, sem prejuízo do disposto no Parágrafo Terceiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A empresa deve ainda apresentar um demonstrativo dos valores das médias variáveis que compõem os cálculos rescisórios (hora extra, adicional noturno, insalubridade, periculosidade, gratificação por tempo de serviço, comissões, etc...), a fim de que possa determinar com exatidão os valores constantes do T.R.C.T.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Pela realização da homologação, será devido ao Sindicato Profissional, a título de ressarcimento de custos operacionais, o valor de R$30,00 (trinta reais) por rescisão, a ser pago pela empresa no ato do procedimento ou antecipadamente, vedado o desconto do referido valor das verbas rescisórias do empregado.

PARÁGRAFO QUARTO: A homologação de que trata esta cláusula, bem como eventual impedimento à sua conclusão nos termos do Parágrafo Primeiro, não suspende nem posterga o prazo de pagamento das verbas rescisórias previsto no art. 477, §6º, da CLT, que correrá integralmente a cargo e risco da empresa empregadora, independentemente da regularidade de suas contribuições perante as entidades sindicais.

PARÁGRAFO QUINTO: O descumprimento, pela empresa, da obrigação de submeter a rescisão à homologação sindical nas hipóteses do caput, ou a reiterada ausência de comprovação das contribuições de que trata o Parágrafo Primeiro, sujeitará a empresa ao pagamento de multa no valor do piso salarial do trabalhador desligado. Sem prejuízo, cumulativamente, da multa prevista no art. 477, §8º, da CLT, quando cabível, esta última sempre devida ao empregado. A multa prevista neste parágrafo quinto será dividida, meio a meio, entre empregado e o sindicato profissional.

PARÁGRAFO SEXTO: Nas localidades da base territorial desta Convenção em que o Sindicato Profissional não mantenha representação física, a homologação poderá ser realizada por meio de videoconferência, garantida entrevista individual e reservada com o empregado, sem a presença ou participação de representante da empresa, mediante prévio consentimento do trabalhador quanto à gravação da sessão para fins de registro e prova, observadas as disposições da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) quanto ao tratamento e guarda dos dados coletados, devendo a empresa no dia útil anterior enviar o TRCT por meio eletrônico ao sindicato profissional.

PARÁGRAFO SÉTIMO: É mantido o vínculo de emprego com todas as garantias inerentes ao empregado que trabalhe em condições insalubres enquanto não for realizado o exame médico demissional, com cópia ao interessado.

PARÁGRAFO OITAVO: As rescisões de contratos de trabalho daqueles empregados que vierem a óbito e que contavam na ocasião com mais de 60 dias de contrato de trabalho será homologado perante a entidade profissional.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DA JUSTA CAUSA

No caso de rescisão de contrato por justa causa, a empresa deverá obrigatoriamente indicar, por escrito, a falta grave cometida pelo empregado, contra recibo, sob pena de futuramente não poder alegar em juízo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DA INDENIZAÇÃO ADICIONAL
O empregado dispensado sem justa causa, no período de trinta dias que antecede a data de sua correção salarial, entendendo-se como tal a data-base de revisão da convenção coletiva de trabalho, terá direito a indenização adicional equivalente a um salário mensal (art. 9º da Lei 7.238/1984).

PARÁGRAFO ÚNICO: Esclarece-se que se o aviso prévio vencer dentro dos 30 dias que antecedem à data-base, caberá pagamento da indenização adicional de que trata esta cláusula. Na hipótese de vencimento do aviso prévio ocorrer no mês da data-base (maio), as verbas rescisórias serão calculadas com base nos valores do novo salário, sem o pagamento da indenização adicional.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DO ACERVO TÉCNICO
Desde que solicitado pelo empregado demitido sem justa causa ou demissionário, e que conste nos registros da empresa, a mesma fornecerá dentro do prazo de 30 (trinta) dias declaração a respeito de cursos por ele concluídos, de sua participação em seminários e congressos e atividades de ensino, bem assim da função por ele exercida ou de sua qualificação profissional.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DOS EXAMES MÉDICOS
As despesas correspondentes aos exames médicos admissionais, demissionais ou periódicos serão de responsabilidade das empresas, devendo ser realizados preferencialmente por médicos do trabalho, não coincidindo com o período de férias do empregado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O exame demissional será realizado obrigatoriamente até a data da homologação, podendo ser substituído por exame periódico realizado nos últimos 180 dias, salvo se o funcionário se apresentar enfermo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DO AVISO PRÉVIO
O aviso prévio será sempre comunicado por escrito contra recibo, esclarecendo se será trabalhado ou indenizado, vedado cumpri-lo em casa.

PARÁGRAFO ÚNICO: A redução de duas horas diárias no serviço, ou de sete dias corridos, será utilizada atendendo a conveniência do empregado e por ele escolhido no ato do recebimento do aviso prévio. Feita a escolha, caberá à empresa especificar em todas as vias do aviso prévio o dia, hora e local para o pagamento das verbas rescisórias.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - TRABALHO TEMPORÁRIO
As empresas em suas atividades produtivas utilizar-se-ão de mão-de-obra própria. Em caso de trabalho temporário, conforme dispõe a Lei nº 6.019/74, observarão o critério previsto no art. 16 do Decreto 73.841/74, respondendo principal e solidariamente pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados, inclusive pelo cumprimento da presente Convenção.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - TRABALHO TERCEIRIZADO
Fica vedada a contratação de empresas interpostas para prestar serviços no âmbito de abrangência deste instrumento, ressalvadas as hipóteses das Leis 6.019/74 e 7.102/83.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Havendo terceirização, a empresa contratante responderá subsidiariamente pelos débitos trabalhistas, de FGTS e previdenciários.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas terceirizadas ficam obrigadas, pela terceirizante, a cumprir integralmente este instrumento, sob pena de a terceirizante responder pelos débitos mencionados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ADMISSÃO DE MENORES
Os menores serão sempre admitidos com vínculo de emprego, à exceção dos casos previstos na legislação específica (estágio curricular).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DA AUTOMAÇÃO
As empresas que adotarem processos de modernização, implantando novas técnicas para produção, não poderão utilizar destas novas técnicas como critério ou justificativa para dispensa de empregados, devendo manter o mesmo número de funcionários existentes no momento da implantação das mesmas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas deverão oferecer aos seus empregados oportunidade de adaptação às novas técnicas e equipamentos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O processo de adaptação constitui encargo das empresas, de sorte que as despesas com eventuais cursos e aprendizados correrão por conta das mesmas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os profissionais exercentes de funções que se extinguirem com as novas técnicas deverão ser reaproveitados, na medida do possível, em funções equivalentes e/ou compatíveis com as exercidas até então.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DAS GARANTIAS GERAIS
As cláusulas dos contratos individuais de trabalho, mais benéficas, prevalecerão sobre as da presente convenção coletiva de trabalho, e na interpretação desta ou da legislação vigente, havendo dúvidas, a decisão a ser adotada será a que for mais benéfica ao trabalhador.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ANOTAÇÕES NA CTPS
As empresas anotarão nas carteiras de trabalho dos empregados os cargos ou funções por eles exercidos, atribuindo-lhes, sempre que possível, a denominação do cargo ou função que lhes sejam compatíveis, que determina ao empregador o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para proceder ao registro ou anotações necessárias na CTPS do empregado.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - IGUALDADE ENTRE SEXOS
Garantia de igualdade de salário e das condições de trabalho ao do homem, na função real exercida pela mulher na empresa, conforme previsto na Norma Fundamental.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DA ESTABILIDADE PROVISÓRIA
Por esta cláusula fica garantida a estabilidade provisória nas seguintes situações:

I. GESTANTE: Garantia de emprego ou salário, desde a concepção até 60 (sessenta) dias após o término do licenciamento compulsório.
a) Ocorrendo demissão sem justa causa, caberá a empregada comunicar obrigatória e imediatamente à empresa o seu estado gravídico, através de atestado médico, para que possa ocorrer sua readmissão e o consequente restabelecimento do contrato de trabalho. A comunicação será feita pela empregada até, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após a data de seu afastamento, sob pena de perda automática da garantia.

b) Conforme declaração médica fornecida à empresa é vedado o trabalho contínuo da gestante junto a máquinas que possam causar malefício à gestação.

II. PAI: Garantia de emprego ou salário ao pai, devidamente comprovado, desde o nascimento do filho até 2 (dois) mês após o nascimento da criança.

III. ACIDENTADO OU DOENÇA PROFISSIONAL: O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantia, pelo prazo mínimo de 12 meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.

a) No caso de alta médica e, existindo recurso administrativo contra tal decisão, fica garantido além dos 12 meses, o emprego até a decisão final do Instituto Previdenciário, ressalvando-se que o pagamento de salário está condicionado à prestação de serviço.

b) Garantia de emprego ao acidentado reabilitado em função compatível com sua nova situação, assegurado o salário integral quando do seu retorno ao trabalho.

IV. EMPREGADO EM VIAS DE APOSENTADORIA: Aos empregados em condições de se aposentarem por tempo de serviço, assim entendido aqueles que estejam em serviço contínuo na empresa já há 10 (dez) anos ou mais, e que preencham as condições previstas no Decreto nº. 3.048/99, ficam garantidos o emprego e o salário no período de 12 (doze) meses que antecedem o direito à concessão da aposentadoria, para fazer jus a este benefício deverá apresentar documentação até 30 (trinta) dias antes de adquirir o direito à estabilidade.

V. FÉRIAS: Garantia de emprego ou salário, pelo período de 30 (trinta) dias após o retorno de férias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No caso de o empregado ter usufruído das férias fracionadas, conforme § 4º da Cláusula QUINQUAGÉSIMA OITAVA (FÉRIAS) desta CCT, fixa-se que a estabilidade de 30 dias após o retorno de férias não é cumulativa e conta-se a partir do retorno do último período gozado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica vedada a concessão do aviso prévio antes do término do período de estabilidades provisórias aqui acordadas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Não se aplica o disposto nesta cláusula para os casos de:
a) Rescisão de contrato de trabalho por justa causa;
b) Término de contrato de trabalho por prazo determinado e/ou experiência;
c) Pedido de demissão; e,
d) Acordo com assistência da Entidade Sindical.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - JORNADA INTERMITENTE
A jornada de trabalho dos empregados deverá ser contínua, respeitados os intervalos de lei. Fica vedada a prestação de trabalhos em horários intermitentes ou descontínuos.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO
Para as empresas e empregados que optarem pelo regime de compensação da jornada de trabalho:

a) Extinção completa aos sábados — as horas correspondentes serão compensadas de segunda a sexta-feira, com acréscimo de até 2 horas diárias, completando 44 horas semanais;

b) Extinção parcial — compensação proporcional na mesma lógica.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Competirá a cada empresa, de comum acordo por escrito com seus empregados, fixar a jornada de compensação, observados os dispositivos de proteção do trabalho da mulher e do menor.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando houver feriado civil ou religioso coincidindo com sábado compensado, as empresas poderão, de comum acordo:
a) reduzir a jornada semanal; ou
b) pagar o excedente como horas extraordinárias.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fica facultada à empresa a liberação de trabalho em dias úteis intercalados com feriados e fins de semana, mediante compensação e aceitação pela maioria dos empregados.

PARÁGRAFO QUARTO: Serão mantidos à disposição da fiscalização e do Sindicato os documentos referidos no art. 413 da CLT.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DA FLEXIBILIZAÇÃO DE JORNADA - BANCO DE HORAS

Dentro da vigência desta CCT as empresas poderão estabelecer, em qualquer tempo, para a totalidade de seus empregados ou setores específicos, flexibilização da jornada através de sistema de débito e crédito de horas, formando banco de horas.

I – As empresas que optarem por este mecanismo deverão convocar o Sindicato Profissional e o Sindicato Patronal para negociar as regras, observando:

a) controle de jornada obrigatório mesmo para empresas legalmente dispensadas;

b) compensação integral, preferencialmente no mínimo hora por hora;

c) labor para compensação de horas extras não pode exceder 10h diárias nem recair em domingos e feriados;

d) benefícios já praticados (alimentação, transporte) mantidos durante a compensação;

e) banco de horas zerado no máximo a cada 120 (cento e vinte) dias e quando das férias do empregado;

f) empregado e sindicato terão acesso ao seu banco de horas sempre que desejar;

g) nas rescisões por iniciativa da empresa, saldo credor é indenizado como extra; se o saldo for devedor, as horas a débito serão anistiadas;

h) adesão por maioria simples dos empregados, vinculando a minoria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A operacionalização e o detalhamento de cada situação serão objeto de acordos específicos, com regras claras sobre vigência, apuração das horas e prazo de revisão. A validade do acordo específico de banco de horas fica condicionada à comprovação, pela empresa, da regularidade do recolhimento das contribuições negociais patronal e laboral.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A compensação não poderá ser estabelecida em proporção inferior a 1x1 (hora de folga por hora trabalhada) nos dias úteis, e 2x1 (duas horas de folga por hora trabalhada) aos domingos (quando este dia não fizer parte da jornada normal) e feriados.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - DOS EVENTUAIS ATRASOS

Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de 5 (cinco) minutos, observado o limite máximo diário de 10 (dez) minutos.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - DOS MESES DE TRINTA E UM DIAS

Para os horistas, nos meses de trinta e um dias, as horas trabalhadas no 31º dia, se somadas às horas normais trabalhadas nos trinta dias anteriores ultrapassarem de 220 ou 180 horas normais, no caso de revezamento, serão pagas como horas comuns. Ficam mantidas as condições mais favoráveis que estejam sendo praticadas pela empresa ou estabelecidas na legislação.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - DA JORNADA INCOMPLETA

Quando os empregados forem dispensados pelas empresas de trabalharem em um dia, ou antes de completarem a jornada normal diária, terão direito ao pagamento integral daquele dia, sem necessidade de compensar em outro dia as horas não trabalhadas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - DO CARTÃO-PONTO

Fica assegurado ao empregado o direito de conferência do cartão ponto ou outro meio de controle de frequência, sempre que julgar necessário, a fim de dirimir dúvidas existentes.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - DO FECHAMENTO ANTECIPADO DO CARTÃO-PONTO

Com a finalidade de permitir a realização do pagamento dos salários dentro dos prazos legais, ou mesmo antes quando for o caso, as empresas poderão efetuar o fechamento do cartão ponto antes do final do mês.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - DISPENSA DA MARCAÇÃO DO CARTÃO PONTO

As empresas poderão dispensar os empregados da marcação de ponto nos horários de início e término do intervalo de refeição, desde que não deixem o recinto da empresa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Será obrigatória a anotação do cartão ponto nas entradas e saídas pelo empregado, vedada anotação por outra pessoa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na ocorrência de trabalho extraordinário, este deverá ser obrigatoriamente anotado no cartão ponto.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - SAQUE DO PIS
Quando o crédito não for realizado na conta do empregado, as empresas liberarão os empregados para saque do PIS, sendo de, no mínimo, quatro horas, durante o expediente bancário.

PARÁGRAFO ÚNICO: Não se aplica aos trabalhadores cujo horário não coincida com o expediente bancário, ou cujas empresas mantenham convênio ou posto bancário.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - DO HORÁRIO PARA AMAMENTAÇÃO
A empregada, nas condições de que trata o art. 396 da CLT, terá direito a dois intervalos de meia hora cada, destinados à amamentação. Caso seja de sua conveniência, poderá optar por realizar apenas um intervalo de uma hora, iniciando a jornada uma hora mais tarde ou encerrando uma hora antes, mediante declaração firmada de próprio punho.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - DO LANCHE/REFEIÇÃO
As empresas que possuírem horário para lanche, tanto no período matutino como vespertino, ou aquelas abrangidas por imposição legal, designarão local em condições de higiene para o lanche de seus empregados. No caso de trabalho extraordinário superior a duas horas, o lanche será fornecido gratuitamente.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - DO ABONO DE FALTAS
As empresas considerarão como faltas justificadas, para todos os efeitos legais, as que ocorrerem pelos seguintes motivos:

a) hospitalização de filhos — até 3 dias/mês, para acompanhar filhos de até 12 anos internados, mediante comprovação;

b) hospitalização — 1 dia para acompanhar cônjuge, companheira ou pais dependentes em internação com cirurgia, mediante comprovação;

c) estudante — prestação de exames regulares, com aviso antecipado de 72 horas e comprovação documental.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - DOS CURSOS E REUNIÕES
Cursos ou reuniões promovidos pela empresa, de comparecimento obrigatório, deverão ser realizados durante a jornada normal de trabalho ou, se fora do horário, mediante pagamento de horas extras ou devida compensação.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - DA ESCALA DE FOLGAS
Para o trabalho sob o sistema de escala de folga, as empresas elaborarão escala mensal, na forma da lei, de modo que os empregados tenham conhecimento, no início do mês, de quais serão seus dias de folga.

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica permitida a alteração de horário de trabalho, quando houver motivo justificado, com a concordância das partes.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - DA ESCALA 12 X 36
Para o estabelecimento de escala 12 x 36, empresa e sindicato profissional deverá firmar acordo coletivo de trabalha estabelecendo escala 12 x 36, conforme disposto no Art. 59-A da CLT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O labor prestado na décima primeira e décima segunda hora não representará o direito de recebimento de adicional pelos empregados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para os empregados praticantes desta escala, será observada a remuneração em dobro para os feriados laborados.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Não se aplica o acordo de banco de horas para os empregados praticantes desta escala/jornada.

PARÁGRAFO QUARTO: O intervalo para refeição ou repouso será conforme disposto no art. 71 da CLT.

PARÁGRAFO QUINTO: Para os novos contratados na empresa aplicar-se-á o acordo firmado com a entidade sindical profissional.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - DAS FÉRIAS

Para os empregados com menos de um ano de serviço que rescindam seus contratos, fica assegurado o pagamento de férias proporcionais, correspondentes aos meses ou fração igual ou superior a 15 dias trabalhados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica facultado ao empregado gozar suas férias no período coincidente com a época de seu casamento, mediante pedido com 30 dias de antecedência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O início das férias coletivas ou individuais deverá se dar no dia que suceder domingos, feriados ou dias compensados, salvo entendimento mútuo.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As empresas que mantêm escala de férias possibilitarão a manifestação da opção preferencial do empregado quanto ao período de gozo.

PARÁGRAFO QUARTO: Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em 3 períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a 5 dias corridos cada um.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - DA HIGIENE

As empresas manterão a higiene nas instalações sanitárias. Na falta de refeitório, as empresas providenciarão local que apresente conforto por ocasião das refeições e condições de aquecimento delas.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - DA PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS E TREINAMENTO

As empresas se obrigam a cientificar previamente os trabalhadores contratados ou transferidos internamente para áreas insalubres e perigosas, sobre os riscos à saúde dos eventuais agentes agressivos de seu posto de trabalho, orientando-os adequadamente sobre as precauções a serem tomadas.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos ambientes com risco de acidentes, o primeiro dia de trabalho será destinado, parcial ou integralmente, a treinamento com material de proteção individual e conhecimento da área e da atividade a ser exercida.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA DO TRABALHO

As empresas deverão obedecer aos dispositivos constantes na legislação vigente, com relação à segurança do trabalho, fornecendo equipamento de proteção individual (EPI) gratuitamente nos casos em que a lei obrigue ou por elas exigidos, que serão de uso obrigatório por parte dos empregados.

PARÁGRAFO ÚNICO: Quando se constituir exigência das empresas a utilização de uniformes, as mesmas fornecerão em quantidade necessária para poder permitir a sua lavagem, nas mesmas condições e com as mesmas exigências legais que se aplicam aos equipamentos de segurança obrigatórios, devendo ser devolvidos por ocasião de término do contrato.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - CÓPIA DO LAUDO AMBIENTAL DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

A cada elaboração ou renovação de laudo técnico que determine as condições de insalubridade e periculosidade, a empresa, quando solicitada por escrito pela entidade de trabalhadores, deverá entregar cópia dos citados documentos.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - CIPA

As empresas que, por definição legal, tenham que manter CIPA convocarão as eleições com antecedência de 45 dias, considerando todos os trabalhadores candidatos naturais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O curso de treinamento é obrigatório para os membros da CIPA, ministrado antes da posse, salvo impossibilidade comprovada, com prazo máximo de 30 dias após a posse.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O Cipeiro representante dos empregados deverá participar da investigação dos acidentes ocorridos.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - DOS ATESTADOS MÉDICOS

Os atestados médicos e odontológicos, emitidos por profissional legalmente habilitado (CRM ou CRO), serão aceitos para fins de justificação de ausência do empregado por doença, com incapacidade de até 15 (quinze) dias, observados os critérios estabelecidos nos parágrafos desta cláusula, sejam eles emitidos por médico da empresa ou de convênio por ela mantido, por médico do Sistema Único de Saúde (SUS), por médico do SESC ou do SESI, por médico mantido pela Entidade Sindical Profissional, ou por qualquer outro profissional legalmente habilitado, sem que se estabeleça ordem de preferência entre essas origens.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas fornecerão aos empregados, obrigatoriamente, comprovante de recebimento do atestado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese da empresa possuir serviço médico/odontológico próprio, a validade dos atestados dependerá de visto dos profissionais deste. Havendo contestação, a mesma deverá ser por escrito, com cópia para o interessado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Para a validade da justificação da ausência do empregado, o atestado médico deverá conter, obrigatoriamente:

a) data de emissão;

b) identificação do médico ou cirurgião-dentista emitente, com nome e número de registro no CRM ou CRO, e respectiva assinatura;

c) tempo de dispensa concedido ao empregado.

PARÁGRAFO QUARTO: Os atestados médicos deverão, impreterivelmente, ser entregues até 24 (vinte e quatro) horas após a cessação dos efeitos deste, excetuando quando a folga coincidir com esta data, ocasião que deverá ser entregue no dia subsequente, sob pena de ser considerada injustificada(s) a(s) falta(s).

PARÁGRAFO QUINTO: Caso o atestado determine afastamento superior a 02 (dois) dias, deverá o empregado em até 24 (vinte e quatro) horas da data de confecção do atestado, comunicar o empregador por escrito, ou por meio eletrônico, quanto ao número total de dias que ficará afastado, a fim de que, possa a empresa adotar providências para suprir a ausência do empregado, e evitar prejuízos à atividade negocial.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA

Em caso de acidente do trabalho, as receitas médicas destinadas ao tratamento do acidentado (medicamentos e curativos), se não provisionadas por quem de direito, serão de responsabilidade e custeio dos empregadores.

PARÁGRAFO ÚNICO: Se o empregado acidentado ou acometido de mal súbito for conduzido da empresa para o hospital e ficar internado, a empresa avisará obrigatoriamente seus familiares no mais breve tempo possível.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - DA COMUNICAÇÃO DE ACIDENTES

No caso de acidente do trabalho ou de trajeto, as empresas enviarão uma cópia da CAT para a Entidade Profissional no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - DAS ELEIÇÕES SINDICAIS

No período de eleições sindicais, desde que expressamente comunicado por escrito pelo Sindicato Profissional, com antecedência mínima de 72 horas, as empresas, mediante entendimento prévio com a Entidade Profissional, destinarão local adequado para a realização da eleição, liberando os associados pelo tempo necessário para o exercício do voto.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - DA DISPENSA DE DIRIGENTES SINDICAIS

As empresas liberarão 2 (dois) dirigentes sindicais, que em conjunto terão direito de gozo de licença remunerada, no ano, de até 20 (vinte) dias sucessivos, alternados ou cumulativos, para o atendimento das atividades sindicais, desde que haja comunicação prévia de 05 (cinco) dias corridos.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - DA RELAÇÃO DE EMPREGADOS (ADMITIDOS E DEMITIDOS)

Quando solicitado pelo Sindicato Profissional, as empresas deverão fornecer, no prazo de até 15 (quinze) dias contados do recebimento da solicitação, relatório de admissões e desligamentos do período indicado, extraído do sistema eSocial ou de sistema próprio de gestão de pessoal, contendo, no mínimo, nome do empregado, função, data de admissão e/ou desligamento e remuneração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os dados fornecidos nos termos do caput, inclusive os relativos à remuneração, destinam-se exclusivamente à fiscalização do cumprimento desta Convenção Coletiva e da legislação, devendo ser tratados pelo Sindicato Profissional em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), vedada sua utilização para qualquer outra finalidade ou seu compartilhamento com terceiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O Sindicato Profissional figura, para os fins desta cláusula, como operador dos dados pessoais recebidos, obrigando-se a tratá-los em conformidade com os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança e prevenção previstos na LGPD, adotando as medidas técnicas e administrativas aptas a proteger tais dados contra acesso não autorizado e contra situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

O valor a título de contribuição assistencial devida à entidade Profissional pelos trabalhadores abrangidos pela presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO é fixado nos termos previstos no artigo 8º, inciso IV, da Constituição Federal, artigo 513, alínea 'e' da CLT, NOTA TECNICA Nº 02, de 26/10/2018 do MPT e do Tema 935 do STF, conforme deliberação e autorização prévia e expressa dada em assembleia da entidade sindical profissional. Os valores serão descontados mensalmente dos salários dos trabalhadores, nos termos das redações dispostas abaixo e repassados ao sindicato profissional respectivo, devendo inclusive os valores serem descontados dos empregados que vierem a ser contratados após a assinatura da presente CCT:

1) Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado do Paraná FTIAPR, STIA Apucarana, STIA Arapongas e Rolândia, STIA Cascavel, STIA Dois Vizinhos, STIFAA Jacarezinho, STIA Jaguapitã e STIA Paranaguá: o desconto mensal no percentual de 1,5% calculado com base no piso normativo relativo a cada função prevista na cláusula terceira deste instrumento coletivo.

2) STIA Francisco Beltrão e SEIA Umuarama: o desconto mensal no percentual de 1,0% calculado com base no piso normativo a cada função prevista na cláusula terceira deste instrumento coletivo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica assegurado aos empregados não associados ao sindicato profissional a condição para apresentação da carta de oposição, exercido por manifestação redigida de próprio punho ou digitada, assinada e apresentada pessoalmente pelo empregado na sede da entidade profissional, no prazo máximo de 10 dias a contar da assembleia que aprovou o instrumento coletivo. Havendo recusa comprovada do sindicato em receber a carta, o empregado poderá enviá-la via postal com aviso de recebimento. É vedada a oposição promovida, incentivada ou intermediada pela empresa ou por funcionários em cargos de chefia, sob pena de caracterizar conduta antissindical.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O recolhimento, sem multa, deverá ser efetuado até o 5º dia subsequente ao desconto, em guia própria fornecida pelo sindicato após informação mensal da empresa.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A multa por atraso é de 10% sobre o valor devido por empregado, incidindo juros e correção monetária adicionais se o atraso ultrapassar 30 dias.

PARÁGRAFO QUARTO: A empresa fornecerá ao Sindicato Profissional, quando solicitado, relação nominal dos funcionários contribuintes com salário e valor do desconto, e cópia da guia quitada.

PARÁGRAFO QUINTO: A empresa atua como simples intermediária, sem ônus por eventual reclamação judicial. Em caso de ação cujo objeto seja a contribuição assistencial, o Sindicato Profissional se obriga a ressarcir a empresa, de forma incondicional e irrevogável, os valores de condenação transitada em julgado relativos à devolução das parcelas descontadas, podendo a empresa compensar valores não restituídos com outros repasses devidos ao sindicato.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL SINTRACIA CIANORTE

A empresa descontará mensalmente nas folhas de pagamento de seus empregados, associados ou não ao sindicato, a contribuição assistencial no percentual de 2% sobre o piso salarial previsto na cláusula terceira deste instrumento coletivo, fixada pela assembleia de trabalhadores regularmente convocada, nos termos do art. 8º, III e VI, CF, c/c art. 611 da CLT e art. 14 da Lei 5.584/70.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A deliberação dos trabalhadores em assembleia é fonte de anuência prévia e expressa para o desconto, abrangendo todos os trabalhadores da empresa, associados ou não.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O recolhimento, sem multa, deverá ser efetuado até o 5º dia subsequente ao mês vencido, em guias próprias fornecidas pela entidade profissional.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fica assegurado o direito de oposição, exercido na sede ou subsedes do SINTRACIA em até 10 dias antes do primeiro desconto, mediante Termo de Oposição Padrão, vedada oposição promovida ou intermediada pela empresa.

PARÁGRAFO QUARTO: A empresa fornecerá, quando solicitado, relação nominal dos contribuintes com salário, valor do desconto e cópia da guia quitada.

PARÁGRAFO QUINTO: A multa por atraso é de 10% sobre o valor devido por empregado, incidindo juros e correção monetária se o atraso ultrapassar 30 dias.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL

As partes reconhecem que a participação do Sindicato Patronal foi essencial no processo de negociação (art. 8º, VI, CF). As empresas não associadas pagarão contribuição assistencial patronal fixada em Assembleia Geral Extraordinária:

I – até 50 empregados, R$150,00;
II – de 51 a 100, R$200,00;
III – acima de 100, R$250,00.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os valores serão recolhidos por boleto emitido pelo SIPCEP, com vencimento até 30/08 de cada ano de vigência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O não pagamento autoriza medidas judiciais e extrajudiciais de cobrança, com atualização monetária, multa de 2% ao mês, juros de mora e honorários advocatícios de 20%.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A contribuição obedece à decisão do STF no Tema 935, que autoriza a cobrança de associados e não associados, garantido o direito de oposição.

PARÁGRAFO QUARTO: A oposição deve ser exercida em até 10 dias corridos do registro da CCT, mediante solicitação escrita por procurador da empresa, enviados a sipcep@sipcep.org.br.

PARÁGRAFO QUINTO: Oposição em desacordo com o parágrafo quarto não será aceita, podendo a entidade promover a cobrança nos termos do parágrafo segundo.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - DO QUADRO DE AVISOS

Conforme o §2º do art. 614 da CLT, as empresas, pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, publicarão e divulgarão a presente Convenção em locais de fácil acesso e visualização, podendo ser em meio físico ou eletrônico, permitindo ao sindicato profissional a colocação de informações de interesse dos empregados.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - DO FORO

O foro competente para apreciar qualquer reclamação trabalhista oriunda da presente Convenção será o da Vara do Trabalho da localidade onde o empregado prestar seus serviços ao empregador.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

Em conformidade com o item VIII do art. 613 da CLT, fica estabelecida a penalidade em valor equivalente a dez por cento (10%) do valor do salário normativo de efetivação por empregado e por cláusula descumprida da presente Convenção, que reverterá em favor da parte prejudicada, ressalvadas as cláusulas que já estabeleçam penalidade própria, hipótese em que prevalecerá a multa nelas especificamente prevista.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEXTA - DO PROCESSO DE PRORROGAÇÃO E REVISÃO

Os entendimentos com vistas à efetivação da nova convenção coletiva de trabalho para o período de 01 de maio de 2027 a 30 de abril de 2028 poderão ser iniciados com 30 (trinta) dias antes do término da vigência desta norma coletiva.

PARÁGRAFO ÚNICO: As cláusulas econômicas serão renegociadas por ocasião data base em maio de 2027.

VILSON FELIPE BORGMANN
Presidente SIPCEP
SINDICATO DA INDUSTRIA DE PANIFICACAO E CONFEITARIA NO ESTADO DO PARANÁ – SIPCEP

ERNANE GARCIA FERREIRA
Presidente FTIAPR
FEDERACAO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO DO ESTADO DO PARANA – FTIAPR

ERNANE GARCIA FERREIRA
Diretor
SINDICATO TRABALHADORES IND ALIMENTACAO DE **APUCARANA**

ERNANE GARCIA FERREIRA
Procurador
SIND DOS TRAB NAS IND DA ALIM DE **ARAPONGAS E ROLANDIA**

ERNANE GARCIA FERREIRA
Procurador
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO DE **CASCAVEL** E REGIAO

ERNANE GARCIA FERREIRA
Procurador
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO DE **CIANORTE**

ERNANE GARCIA FERREIRA
Procurador
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO DE **DOIS VIZINHOS** E REGIAO

ERNANE GARCIA FERREIRA
Procurador
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO DE **FRANCISCO BELTRAO**

ERNANE GARCIA FERREIRA
Procurador
SINDICATO TRAB IND FAB ACUCAR E ALIM **JACAREZINHO**

ERNANE GARCIA FERREIRA
Procurador
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO E AFINS DE **JAGUAPITÃ**

ERNANE GARCIA FERREIRA
Procurador
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO DE **PARANAGUÁ E LITORAL**

ERNANE GARCIA FERREIRA
Procurador
SIND DOS EMPREGADOS NA IND DE ALIMENTACAO DE **UMUARAMA**